

# A hermenêutica de Gadamer e a prática de projeto no ensino da Arquitetura

## Gadamer's hermeneutics and the practice of design in architectural education

Teresa Madeira da Silva

teresa.madeira@iscte.pt

ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

**RESUMO** - Este artigo expõe o modo como se configura e sensibiliza a questão da valorização do património arquitetónico no ensino de Arquitetura desenvolvida no 3º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Tendo como ideia de património a herança coletiva que engloba os conceitos de cultura e memória, a experiência de ensino é o local apropriado para o debate informado acerca dos valores patrimoniais que passam de geração em geração. Este artigo cruza, na elaboração dos projetos de arquitetura, a valorização do património como pertencente aos campos organizacional, técnico e artístico com as conceções de “consciência histórica” e “tradição” provenientes da filosofia hermenêutica na pessoa de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), de modo a proporcionar novos resultados em relação às abordagens tradicionais. Em termos metodológicos, o que se pretende, com os exercícios propostos, é fazer ressaltar nos estudantes um conceito de património amplo, onde a ideia da sua valorização possibilita uma leitura que inclui a paisagem como um todo. Os resultados obtidos mostram-nos que os estudantes equacionam o património através de formas de atuação que incluem o restauro e a reabilitação de objetos (edifícios), mas também através de propostas onde a organização e elaboração de programas articulados entre si, tendo em conta as pessoas, a paisagem e a cultura no presente, são conceitos integrados nos projetos.

**Palavras-chave:** hermenêutica, arquitetura, urbanismo, ensino do projecto, reabilitação urbana.

**ABSTRACT** – This paper attempts to describe the way in which the recognition of the value of the architectural heritage is shaped and stressed in the teaching of architecture developed in the 3<sup>rd</sup> year of the Integrated Master's Degree in Architecture at ISCTE, University Institute of Lisbon. With a notion of legacy consisting of the collective heritage that encompasses the concepts of culture and memory, the experience of teaching is the appropriate setting for an informed debate about heritage values that pass down from generation to generation. This article intersects, in the preparation of architectural projects, the recognition of the value of heritage as belonging to the organizational, technical and artistic fields with the conceptions of “historical consciousness” and “tradition” from hermeneutic philosophy in the person of Hans-Georg Gadamer (1900-2002), so as to provide new results in relation to traditional approaches. In methodological terms, what is intended with these exercises is to enable students to develop a broad concept of heritage, where the idea of the recognition of its value allows a reading that includes the landscape as a whole. The results obtained show us that students deal with heritage through actions that include the restoration and rehabilitation of objects (buildings), but also through proposals where the organization and preparation of programmes articulated with each other, taking into account people, landscape and culture in the present, are concepts that are integrated in the projects.

**Keywords:** hermeneutics, architecture, urbanism, teaching of design, urban rehabilitation.

### Introdução

Durante o século XX e início do século XXI, a maioria das escolas de arquitetura e a prática da arquitetura nos *ateliers* entendiam a arquitetura e o património arquitetónico como um assunto “de objetos”. Esta conceção é, em muitos casos, separada da noção de paisagem, de território, de sociedade e do usufruidor, sendo estes conceitos associados ao campo disciplinar do urbanismo, do planeamento, da sociologia ou da psicologia. Este artigo procura dar a conhecer a experiência de ensino de Arquitetura desenvolvida no 3º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, de forma a expor o modo como se configura e sensibiliza a questão

da valorização do património arquitetónico. Tendo como ideia de património a herança coletiva que engloba os conceitos de cultura e memória, a experiência de ensino é o local adequado para o debate informado acerca dos valores patrimoniais que atravessam gerações.

Dividimos este artigo em três partes. A primeira parte – “Introdução”, perspetiva a forma como evolui o olhar acerca do património através das ideias centrais expressas nas cartas e convenções nacionais e internacionais relativas às questões do património. A segunda parte – “Metodologia”, descreve a metodologia utilizada, as hipóteses de trabalho e os exercícios propostos de modo a entender o foco e o tipo de abordagem. A metodologia adotada cruza, na elaboração dos projetos de arquitetura,

a valorização do património como pertencente aos campos organizacional, técnico e artístico com as concepções de “consciência histórica” e “tradição” provenientes da filosofia hermenêutica na pessoa de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), de modo a proporcionar novos resultados em relação às abordagens tradicionais. A terceira parte – “Resultados e Conclusões”, para além de sintetizar os principais resultados e conclusões a partir dos projetos desenvolvidos pelos estudantes, discute e defende as hipóteses colocadas no início.

Dado que, no ensino do projeto arquitetónico, nos confrontamos invariavelmente com a problemática decorrente da existência de património construído, entendemos que se justifica, nesta Introdução, rever a forma como, através das Cartas e das Convenções Internacionais, tem evoluído o olhar sobre o património em Portugal. Assim, a noção de património, os conceitos e as missivas sobre património têm mudado ao longo da história e será natural que continuem a mudar. Nos últimos anos (segunda metade do século XX e início do século XXI), temos assistido, através da leitura das cartas, convenções e recomendações oriundas de organismos nacionais e internacionais, a um crescente interesse pelas questões do património arquitetónico. Esse interesse, centrado inicialmente na preservação dos monumentos de maior significado histórico, alargou-se aos centros históricos, posteriormente iniciou abordagens ambientalistas e ecologistas, numa visão globalizante dos problemas (Lopes, 1996, p. 9), e mais recentemente, considerando a preservação do património um processo dinâmico, teve em linha de conta a pessoa e os valores humanos.

Partindo de uma revisão de índole cronológica das principais Cartas e Convenções Internacionais (IGESPAR, s.d.), e relativamente à conservação e restauro, a *Carta de Atenas* (1931) e a *Carta de Veneza* (1964) são dois textos fundamentais no que diz respeito à preservação do património. Na primeira, a *Carta de Atenas*, importa destacar o facto de o património ser visto à luz da obra arquitetónica isolada na perspetiva do restauro dos monumentos. A degradação física provocada pela passagem do tempo, as ameaças provocadas pelos agentes atmosféricos, o respeito pela obra histórica e artística do passado e o respeito pelo carácter e fisionomia das cidades nas proximidades dos monumentos são, assim, as preocupações centrais. A *Carta de Veneza* convoca, para além da obra arquitetónica isolada, os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico (Lopes, 1996, p. 13). Apesar de o conceito de monumento ser alargado, o enfoque principal assenta ainda na preocupação com o restauro. A autenticidade das intervenções no património é um dos aspetos importantes versados na *Carta de Veneza* e expressa-se através da ideia de que “as contribuições válidas de todas as épocas na edificação de um monumento devem ser respeitadas” (AA.VV., 1999). Assim, é recomendado que

“os elementos destinados a substituir partes destruídas [ou em falta] devem integrar-se harmoniosamente no conjunto distinguindo-se, contudo, das partes originais” (Lopes, 1996, p. 13). Estes princípios, integrados pelos arquitetos portugueses, ainda hoje são postos em prática de diversas maneiras consoante a experiência, a cultura e mentalidade. Na década de 70, assume especial importância a questão da arquitetura e da paisagem rurais, fortemente ameaçadas pela despovoação das zonas rurais; o *Apelo sobre a Arquitetura Rural e o Ordenamento do Território* (1976) (Lopes, 1996) é o primeiro documento que trata de forma específica o património e a paisagem rural e onde os termos “ecologia” e “ordenamento integrado” do território constituem palavras e conceitos-chave. A *Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea* (IGESPAR, 1976) e a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (1987) (IGESPAR, s.d.), são dois textos incontornáveis que refletem um avanço em relação ao modo de olhar o património nomeadamente nos centros históricos. No primeiro, verifica-se o alargamento da noção de património expresso através do abandono da proteção do edifício isolado. A preservação do património passa a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural envolvente, constituindo um novo olhar em relação a esses bens. Em linha com este documento, a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* vai um pouco mais longe considerando os habitantes como parte interessada no processo da salvaguarda dos bens patrimoniais. Desta forma, passam a ser reconhecidos os aspetos que se prendem com as transformações sociais e económicas dos sítios, assim como se verifica a intenção de evitar a descaracterização ambiental, social e cultural dos conjuntos históricos. Na *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico* (1985), (IGESPAR, s.d.) ratificada por Portugal em 1991, houve a necessidade de redefinir o conceito de património (já expresso na *Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural da Unesco* de 1972) (IGESPAR, s.d.). Essa preocupação advém de uma outra e que se prende com a dificuldade em selecionar os bens a preservar. Assim, na *Convenção*, são redefinidos os conceitos de monumento, conjuntos arquitetónicos e sítios. Paralelamente às questões patrimoniais relacionadas com a arquitetura e no seguimento de uma maior abrangência em relação à salvaguarda do património surge a *Carta de Florença* (1981), que tem como objetivo a salvaguarda de jardins históricos. Podemos observar a partir deste documento a inclusão do jardim na categoria de monumento. No texto das *Conclusões do Simpósio de Cracóvia*, realizado em junho de 1991 e subscrito por 34 países, há uma nova abordagem para além da preservação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos. As ameaças para a sua proteção são, para além do desenvolvimento urbano dos sítios e da poluição, o afluxo exagerado de turistas como fonte de desgaste patrimonial. Em 1999, duas cartas adotadas pelo ICOMOS (Concelho Internacional

dos Monumentos e Sítios) tornaram-se relevantes. A primeira, a *Carta sobre o Património Vernáculo Construído* (1999) (IGESPAR, s.d.), refere que o património vernáculo construído é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. A segunda, a *Carta Internacional sobre Turismo Cultural, Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial* (Turismo de Portugal, s.d.), refere um conceito de património mais alargado em relação aos anteriores, uma vez que inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural. Uns anos mais tarde, em 2002, na *Declaração de Budapeste sobre Património Mundial*, o Comité do Património Mundial convida os Estados participantes da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972) (IGESPAR, s.d.), a fazerem um inventário e a proporem a inscrição na lista do Património Mundial dos bens do património cultural e natural em toda a diversidade. Esta preocupação reflete a necessidade de assegurar a proteção do património considerando este na sua pluralidade. Em 2008, surge a *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, onde se reconhece “a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural” (IGESPAR, 2008, p. 6648). Assim, corrobora-se a “necessidade de comprometer cada um no processo contínuo de definição e gestão do património cultural” (IGESPAR, 2008, p. 6648), onde o conceito de preservação do património é considerado um processo dinâmico, a partir de três linhas de orientação: “(a) reconhecer que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem; (b) reconhecer uma responsabilidade individual e coletiva perante o património cultural; (c) salientar que a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida” (IGESPAR, 2008, p. 6648). Esta convenção teve como consequência, em 2009, a *Carta de Bruxelas* (IGESPAR, s.d.) sobre o Papel do Património Cultural na Economia e para a Criação de Rede Europeia de Reconhecimento e Difusão. Reflexo de “uma economia mundial mais competitiva e dinâmica, baseada no conhecimento e capaz de conseguir um crescimento económico sustentável com mais e melhores trabalhos, assim como uma maior coesão social” (IGESPAR, 2008), este documento coloca a coesão europeia na ordem do dia de modo a fazer face ao mundo global competitivo.

A análise das principais cartas, convenções e recomendações produzidas nos últimos anos mostra-nos que a perceção que temos da preservação do património

tem vindo a evoluir no sentido do envolvimento das sociedades e dos habitantes nos processos de salvaguarda e preservação do património. O crescimento das cidades a um ritmo cada vez mais acelerado e as transformações urbanas que daí decorrem, assim como a desertificação da paisagem rural, sobretudo na Europa, levam a que se equacione o património de forma diferente ao longo do tempo. Já não está em causa somente o monumento – “as pedras”, mas o equilíbrio entre meio construído e natural, entre passado e presente, proporcionando, deste modo, um alargamento da noção de património. Verifica-se, para além de ações concretas, um alargamento a um conjunto de preocupações humanista onde os atores são importantes. A sociedade global, a diversidade cultural e os habitantes como usufruidores de cada um dos sítios a preservar ganham um papel relevante na atualidade, quando falamos de património.

### Metodologia e enquadramento concetual e teórico

Partindo do pressuposto que o património “é sempre uma versão da memória coletiva em permanente construção” (Folgado, 2010, p. 323), encaramos o património na contemporaneidade como um campo de atuação do arquiteto que não passa unicamente pela construção ou conceção de objetos, mas antes pela consolidação de uma cultura. Na sequência das últimas recomendações internacionais, o crescimento económico e a coesão social são efeitos relacionados com o papel do património cultural, na atualidade. Como verificamos, a pessoa e os valores humanos estão colocados no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural.

Tendo por base este enquadramento, a metodologia utilizada na prática de projeto no ensino da arquitetura pretende confrontar os estudantes a partir de duas linhas de atuação; por um lado, projetar com o construído – as propostas não se pretendem autocentradas, mas dialogando com as circunstâncias físicas, geográficas (territoriais) e sociais, e, por outro, de acordo com o momento histórico em que nos encontramos – o presente, tendo em conta a cultura e os seus intervenientes, tanto os projetistas como os usufruidores.

Para fundamentar a abordagem que se pretendeu dar à metodologia de trabalho, a partir do 1º enfoque – projetar com o construído, tivemos em linha de conta as recomendações anteriormente apresentadas. Relativamente ao 2º enfoque – reabilitar a partir do presente, iremos, a partir da perspetiva hermenêutica de Gadamer<sup>1</sup>, recorrer aos conceitos de *consciência histórica* e de *tradição*. A partir deste enfoque, podemos perceber que

<sup>1</sup> Hans-Georg Gadamer nasceu em Marburgo, Alemanha, em 1900 e morreu em Heidelberg, Alemanha em 2002. Foi filósofo e é considerado um dos maiores vultos da hermenêutica filosófica (interpretação de textos escritos, formas verbais e não verbais).

intervir nas obras do passado não é reconstruir segundo os modelos de épocas anteriores (porque isso seria uma impossibilidade), mas antes perceber que, se o patrimônio é uma herança do passado, é no presente que o temos que considerar, refletindo, deste modo, a cultura e o mundo em que nos encontramos.<sup>2</sup>

Gadamer considera como ponto de partida para o estudo da importância da consciência histórica a análise feita por Heidegger da estrutura prévia da compreensão e da historicidade intrínseca da existência humana. De acordo com a concepção heideggeriana da estrutura da compreensão, compreendemos uma obra ou uma situação não com a consciência vazia, temporariamente preenchida com a situação em causa, mas antes fazendo atuar uma intenção anterior à situação, um modo de ver já estabelecido, ou seja, algumas concepções prévias. Deste modo, quando pensamos em patrimônio como uma herança do passado que decorre da tradição, teremos que ter presente que o nosso olhar implica sempre “uma pré-compreensão que é, por sua vez, pré-figurada ou determinada pela tradição na qual vive o intérprete e que modela os seus preconceitos” (Gadamer, 2004, p. 13). Dito de outro modo, quando abordamos um lugar ou uma obra, “não saímos do tempo e da história, não nos separamos de nós mesmos...”<sup>3</sup> (Palmer, 1999, p. 172) para, a partir daí, compreendermos esse lugar ou essa obra. Deste modo, podemos dizer que não há uma visão ou uma compreensão pura da história ou de uma obra do passado sem referência ao presente. Pelo contrário, a história é vista e compreendida apenas e sempre através de uma consciência que se situa no presente. Na linha da filosofia hermenêutica de Gadamer, outro dos passos importantes para a intervenção no patrimônio é também compreender a relação entre a obra construída e a temporalidade. Assim, à luz da temporalidade narrativa, as obras arquitetónicas podem ter diferentes leituras: desde o contexto de origem (com a construção do edifício, como elemento fundador) até ao contexto presente. As leituras das obras e dos lugares feitas a partir de um único contexto remetem os lugares para a categoria de objetos factuais e não para entidades que se situam na história, se transformam e têm vida própria.

O que acabamos de referir vai de encontro ao facto de o lugar arquitetónico ser também as leituras que fazemos acerca dele porque qualquer lugar construído se apresenta como obra aberta, ou seja, existe para qualquer um que dele queira usufruir e está sujeita a inúmeras interpretações. Uma vez que o lugar proporciona uma

pluralidade de leituras para além do seu significado literal, considera-se que essas leituras são uma dimensão do próprio lugar e surgem na continuidade umas das outras, dependendo da época em que cada intérprete se encontra. A concepção de tradição referida anteriormente ajuda-nos a consolidar a ideia que aqui pretendemos veicular, porque, sendo aquela o produto de relações onde nos inserimos e nas quais nos situamos, nenhuma obra deve ser vista como isolada historicamente, dado que está inserida na tradição. Sendo a tradição numa obra (como num lugar) caracterizada pelo *rasto que esta deixa atrás de si*, por via da sua existência enquanto obra construída (história dos efeitos) e pelo facto de se constituir veículo de *preconceitos* (história da receção) transportados por quem a estuda e usufrui, importa para a leitura de qualquer lugar ter presente as diferentes leituras a que este é sujeito (em cada situação), porque também elas o constroem. O conceito de tradição incorpora, assim, o *princípio da história efetual*, enunciado por Gadamer, e veicula dois elementos: o elemento referencial, ou seja, o lugar arquitetónico como objeto factual, e as diferentes leituras resultantes dos preconceitos dos diferentes intérpretes marcados pela situação histórica e social que lhes está associada. O que entra em jogo na leitura do lugar é o modo de ser histórico de cada intérprete e a tradição onde cada lugar e cada intérprete se inserem.

Ao explicitar, na compreensão, o modo de ser histórico dos intérpretes e a tradição, Gadamer introduz o conceito de consciência histórica ou sentido histórico, relevante para qualquer leitura que se faça de um lugar ou de uma obra arquitetónica. Assim, qualquer leitura atual que se possa fazer das leituras passadas acerca de qualquer obra resulta da situação histórica em que nos encontramos. Como já referimos, não podemos ter “uma visão ou uma compreensão puras da história, sem referência ao presente” (Palmer, 1999, p. 180), porque as leituras passadas são vistas e compreendidas sempre através de uma consciência que se situa no presente, constituindo este facto um condicionalismo que teremos de ter em conta. Segundo Gadamer, a consciência histórica ou sentido histórico refere-se à tomada de “consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as nossas opiniões”.<sup>4</sup> A partir daqui podemos refletir sobre a relatividade da nossa própria posição e da dos outros autores e, deste modo, adquirimos consciência “do carácter particular de [cada] perspectiva” (Gadamer, 1998, p. 17). Este conceito, no quadro da investigação em arquitetura,

<sup>2</sup> Para Gadamer, “o homem finito, o homem histórico vê e compreende sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço” (Gadamer, 2004, p. 30).

<sup>3</sup> É neste termos que Gadamer se refere à experiência do encontro com uma obra de arte (Palmer, 1999, p. 172).

<sup>4</sup> “[...] a aparição de uma tomada de consciência histórica é possivelmente a mais importante revolução por que passamos desde o surgimento da época moderna. [...] A consciência que, atualmente, possuímos da história é profundamente diferente da forma como outrora o passado aparecia a um povo ou a uma época. Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno: ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as opiniões” (Gadamer, 1998, p. 17).

remete-nos para uma interpretação alternativa em relação à forma como habitualmente são abordadas as questões patrimoniais, ou seja, com a pretensão de que as leituras que se façam sejam tomadas como verdades definitivas. Sabemos que ao longo da história existem diferentes verdades: o mesmo acontecimento é compreendido atualmente de forma diferente do que foi no passado. A partir desta compreensão, o importante é o sentido que a história tem e não a sua verdade universal, porque esta é uma impossibilidade. Decorrente do facto de o intérprete existir como um ser historicamente colocado e do conceito de tradição que evocámos anteriormente, incorporamos na leitura do lugar os conceitos de situação e fusão de horizontes<sup>5</sup> trazidos por Gadamer e explorados por Ricoeur. O conceito de *situação* expressa-se, como vimos, segundo Gadamer, na tensão que existe entre o presente e o passado, fazendo coexistir uma situação simultaneamente estranha e familiar, ou seja, entre a objetividade da herança, que se pretende histórica e distanciada, e a nossa pertença a uma tradição. Dito de outra forma, quando estudamos uma obra do passado, ela é-nos estranha porque não a vivemos, mas é-nos familiar porque faz parte da nossa herança. Assim, deixamos que a obra nos interpele no nosso mundo atual; deixamos que se torne contemporânea, sendo que o verdadeiro ponto de referência é a própria significação histórica, ou seja, a significação que o lugar tem para nós, situados no presente. Este conceito de *situação* revela-nos que a interpretação de uma obra deve incluir a sua explicação (ou descrição formal), mas também o que significa em termos do momento atual.

Assim, o que estes conceitos referem é que todas as leituras passadas e a nossa leitura são o resultado de uma operação em situação, ou seja, resultam da tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado. Nesta medida, interessa-nos entender o significado que a obra arquitetónica passada tem para nós no presente, pelo acumular de leituras que recebemos da nossa pertença a uma tradição. Assim, ao interpretar uma obra tendo em conta o conceito de situação, compreendemos que está presente a interseção de duas consciências: a de quem projetou (tudo o que a obra traz consigo desde esse momento) e a de quem no presente a usufrui.<sup>6</sup> A importância deste conceito reside, portanto, no facto de qualquer leitura do lugar conter um grau de relatividade (não arbitrário), mas que depende da nossa própria posição: se não vivemos num horizonte fechado,

também não vivemos num horizonte único. O conceito de fusão de horizontes explorado por Gadamer assenta, deste modo, na comunicação entre duas consciências diferentemente situadas que se cruzam. A situação de cada uma delas revela-se pela tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado. A resposta de cada intérprete é sempre o cruzamento (a dialética) entre o objeto concreto e o contexto histórico-geográfico em que se encontra, havendo, deste modo, uma construção de significado através de uma comunicação de significado.

Esta perspetiva revela-nos que, ao inserir-se na tradição, o intérprete dialoga com a história, “criando e produzindo novos elementos que reinterpretarão, recriarão e desenvolverão uma atmosfera passada, mas que não será a mera repetição dela mesma” (Comesaña Santalices, 2004, p. 58). Pretendemos reforçar o valor da distância histórica na interpretação dos lugares, através da compreensão de como o intérprete atual pode colocar um edifício pré-existente para além do horizonte limitado da sua situação de origem, fazendo coincidir o lugar distante (de origem) com o lugar atual.

No trabalho desenvolvido pelos estudantes em dois semestres, percebemos que as condicionantes atuais, tanto físicas como sociais e económicas, se mostraram essenciais na forma como se intervém no património existente. Deste modo, desde a escolha dos programas, que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e área circundante, até à utilização dos materiais, a realidade presente foi fundamental para equacionar todo o projeto. Em termos práticos estes objetivos concretizam-se, por um lado, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo, atendendo às especificidades do território, como a morfologia, a tipologia e a implantação do edificado preexistente, e, por outro, a partir da construção de um suporte teórico, de referência adequada ao lugar e ao programa a propor (Madeira da Silva *et al.*, 2012b). Tendo como ponto de partida as questões do projeto e do património preexistente, iremos nos concentrar nos conteúdos programáticos, que interagem com as questões da reabilitação e se estruturam em torno de linhas temáticas de orientação.

No ano letivo 2012/13, o exercício proposto tinha como território os bairros da Liberdade/Serafina enquadrados pelo Aqueduto das Águas Livres<sup>7</sup> (Figura 1).

<sup>5</sup> “Devemos a Gadamer esta ideia muito fecunda de que a comunicação à distância entre duas consciências, diferentemente situadas, se faz graças à fusão dos seus horizontes, quer dizer, do ajustamento das suas miras sobre o longínquo e o aberto. Mais uma vez se pressupõe um fator de distanciação entre o próximo, o longínquo e o aberto. Este conceito significa que não vivemos nem em horizontes fechados, nem num horizonte único. Na mesma medida em que a fusão dos horizontes exclui a ideia de um saber total e único, este conceito implica a tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo” (Ricoeur, 1991, p. 69).

<sup>6</sup> Como nos diz SolàMorales, mesmo os monumentos acumulam memória e por isso modificam a leitura que deles fazemos (1998, p. 121122).

<sup>7</sup> A Área de Estudo proposta para a realização dos exercícios coincide com os limites estabelecidos no Plano de Pormenor para a zona da encosta Noroeste do Vale de Alcântara. Segundo dados da CML, encontra-se “integrada na Freguesia de Campolide, sendo delimitada a Norte e Nascente pelo Eixo Norte-Sul e pela Linha Férrea de Cintura e a Poente e Sul pelo Parque Florestal de Monsanto, abrangendo uma superfície aproximada de cerca de 32,24 ha”.



**Figura 1.** Área de Estudo: bairro da Liberdade e Serafina, Lisboa, Portugal. Fotografia aérea.  
**Figure 1.** Study Area: Liberdade and Serafina neighborhoods, Lisbon, Portugal. Aerial photograph.

Fonte: Google maps. Acesso em: 02/08/2012.

Segundo o enunciado proposto aos estudantes,

*as propostas a desenvolver deveriam completar, reconstruir e reinterpretar as malhas urbanas existentes, intervindo ao nível do sistema de espaço público (e das suas infraestruturas), proporcionando equipamentos de relevância comunitária, redistribuindo volumetrias edificadas e vazios privados ou propondo a reconversão de usos e tipologias funcionais (Madeira da Silva et al., 2012a).*

Assim, pretendeu-se que os estudantes desenvolvessem estratégias de reconversão urbanística que tivessem presente não apenas fatores de ordem morfológica, mas também aspetos de carácter histórico, social e económico, e que aprofundassem e sustentassem as ações de projeto numa interpretação abrangente e crítica da realidade (Madeira da Silva et al., 2012a). O conjunto de objetivos enunciados estruturou-se em torno de três tipos de programas complementares:

- (a) *Valorização do enquadramento do Aqueduto das Águas Livres e integração física e social de ambos os Bairros, articulando os diferentes espaços através de zonas verdes, de percursos pedonais e da implantação de edifícios de uso coletivo e de comércio, contribuindo desta forma para a redução do seu estado de isolamento;*
- (b) *Estabelecimento de ligações pedonais francas com as zonas da cidade situadas na encosta oposta do Vale de Alcântara (Campolide e Sete Rios), rompendo com a*

*barreira constituída pelas infraestruturas pesadas que o atravessam;*

- (c) *Requalificação/Reconversão urbanística do bairro da Liberdade, seja através de reabilitação de edificações existentes, seja através de processos de substituição, mas mantendo, no essencial, a estrutura urbana preexistente (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.).<sup>8</sup>*

No ano letivo 2013/14, o exercício, no 1º semestre, a desenvolver centrou-se em contexto rural (Oleiros, em Azeitão) e partiu essencialmente da temática – turismo em espaço rural e, mais uma vez, do olhar do lugar e do território a partir das preexistências (Figura 2).

A razão para a escolha deste tema (turismo em espaço rural), neste ano letivo, enquadra-se, por um lado, pelas circunstâncias atuais em que Portugal e a Europa se encontram relativamente às questões patrimoniais: escassez de recursos, existência de património arquitetónico rico e degradado, zonas rurais despovoadas, etc. E, por outro, porque assim como o conceito de património sofreu uma abertura em relação aos seus pressupostos essenciais, também o ensino da arquitetura deverá abrir o seu foco. Embora ainda não seja uma aposta consensual, procurámos ir mais além, nos exercícios propostos, em relação ao horizonte de atuação; ao contrário da prática vocacionada para a criação de grandes equipamentos ou edifícios montados de forma autocentrada, procuramos, nos exercícios práticos, a criação

<sup>8</sup> Ver objetivos programáticos para o Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e da Serafina (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.).



**Figura 2.** Área de Estudo: Oleiros, Azeitão, Portugal. Fotografia aérea.  
**Figure 2.** Study Area: Oleiros, Azeitão, Portugal. Aerial photograph.

Fonte: Google maps. Acesso em: 22/09/2013.

e o desenvolvimento de programas onde, para além das componentes físicas e estéticas, as componentes sociais e económicas são equacionadas de forma integrada indo ao encontro das novas práticas de arquitetura. Numa altura em que, nas cidades europeias e nomeadamente nas cidades portuguesas, existe uma superabundância de equipamentos culturais, assim como de “blocos” habitacionais e onde a expansão das cidades tende a ser cada vez menos necessária ou desejável (Figueira, 2004, p. 38), consideramos que o paradigma, também no ensino da arquitetura, deve ser outro. Pretende-se, deste modo, que os estudantes não olhem para o património arquitetónico como objetos isolados, que necessitam somente de restauração ou reabilitação; propomos que, com a apresentação de propostas arquitetónicas, os estudantes possam definir e desenhar as valências programáticas a propor, bem como sejam levados a justificar a sua pertinência no quadro mais alargado do território que constitui o local de intervenção e a sua envolvente imediata. Neste sentido, consideraram-se importantes, ao falar de património em contexto rural, quatro pontos:

*1. Potenciar a reconstituição e a preservação do património rural; 2. Criar espaços de apoio ao desenvolvimento da economia local através da reconstrução e reinterpretação de edifícios, ou conjuntos de edifícios existentes; 3. Complementar as atividades locais, tirando partido do património natural*

*construído através de valências que considerem necessárias; 4. Intervir no espaço urbano público e nos vazios expectantes (Madeira da Silva et al., 2012a).*

No decorrer das aulas optou-se por várias estratégias de integração e articulação da área disciplinar da arquitetura com outras áreas disciplinares, cuja estreita relação se considera cada vez mais interessante e importante para o exercício disciplinar da arquitetura. Considerando que o ensino da arquitetura, hoje, ultrapassa a realização do projeto para um edifício, a partir de um programa preestabelecido, de um lugar predeterminado e de uma panóplia de materiais disponíveis no mercado, a realização deste exercício pressupõe uma prática abrangente e integradora (Figura 3). As questões respeitantes ao património ambiental (enfatizando as questões relativas às diferentes opções de projeto: restaurar, preservar, demolir, reconstruir, construir), tanto nos centros históricos como nas periferias ou em meio rural, foram questões a considerar no processo de projeto e nas metodologias a desenvolver. Tendo em conta os pressupostos da hermenêutica contemporânea, considerámos que as diferentes intervenções num determinado lugar são sempre uma construção contemporânea baseada na dialética entre passado e presente, e orientada pelo interesse de quem a produz<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Como refere Távora, “[...] porque o espaço é um contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir” (Távora, 1996, p. 19).



**Figura 3.** Identificação e localização: quintas, edifícios históricos, edifícios devolutos, espaços públicos.

**Figure 3.** Identification and location: farms, historic buildings, vacant buildings, public spaces.

Fonte: Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014. Proposta do Grupo 1: Ana Mestre, Bárbara Prudêncio, Joana Sequeira, Maria Carreira, Mariana Neto, Susana Gonçalves.

Por outro lado, a articulação com as atividades da região, explorando e preservando os seus recursos patrimoniais, de forma a que os seus habitantes sejam os primeiros beneficiários, são fatores relevantes como dados do projeto.

Não se pretende com isto que os exercícios a realizar em meio académico simulem a realidade da prática da arquitetura; essa seria uma tarefa impossível porque a academia, hoje, conta com imposições e modelos aos quais somos obrigados a responder (enquadramento do projeto limitado a semestres com 12 semanas de aulas, avaliações finais, nº de horas de contacto, etc.), pouco compatíveis com as exigências de um “tempo longo” que a realização de um projeto de arquitetura requer. Apesar disso, o que se pretende é, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitetura através da prática do projeto acompanhada pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares, de outros agentes que lidam com questões muito pragmáticas decorrentes da prática fora da academia (académicos de outras áreas, arquitetos, sociedade civil e residentes), para que a arquitetura e o ensino não se fechem sobre si mesmos.

## Resultados

De acordo com o que acabamos de apresentar e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projeto com o enfoque oferecido pela hermenêutica de Gadamer, ao intervir no património as respostas são propostas atuais a partir da herança que nos é transmitida pela tradição. Como referimos, a leitura de qualquer lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, por um lado, na fusão e, por outro, no alargamento dos horizontes de compreensão sobre esse mesmo lugar. Nos exercícios propostos, observamos que os estudantes identificaram os momentos a partir dos quais o lugar se caracteriza, desde o seu aparecimento (contexto de origem) até à atualidade (contexto presente), não com o objetivo de imitar o que já tinha existido, mas para compreender a forma como esse lugar chegou até nós.

Se observarmos as intervenções propostas, podemos perceber que o entendimento que os estudantes

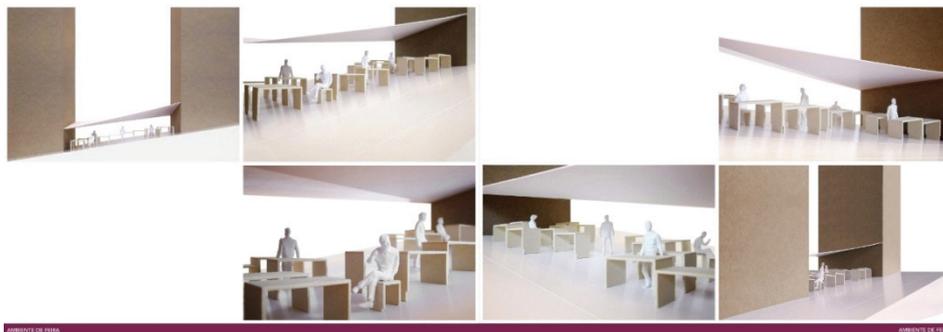
fazem dos edifícios e dos lugares pré-existentes e, conseqüentemente, as intervenções que propõem os situam no presente. Ao propor recuperar edifícios, a intenção não é reconstruir o contexto de origem, porque isso seria uma impossibilidade, e tampouco é destruir o seu carácter.

Através da consciência de que a tradição é uma realidade que nos chega do passado, o que faz sentido é recuperá-los e ampliá-los com a linguagem da época onde nos situamos, marcando, deste modo, mais uma época e um tempo de vida desse lugar (Figura 4). Como refere



**Figura 4.** Alçado Oeste. Proposta em Oleiros.  
**Figure 4.** West elevation. Proposal in Oleiros.

Fonte: Proposta do estudante: João Jesus. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014.



**Figura 5.** Mercado biológico próximo do Aquecimento das Águas Livres, Bairro da Serafina/Liberdade, Lisboa, Portugal.  
**Figure 5.** Organic market near the Águas Livres Aqueduct, Serafina/Liberdade, neighborhood, Lisbon, Portugal.

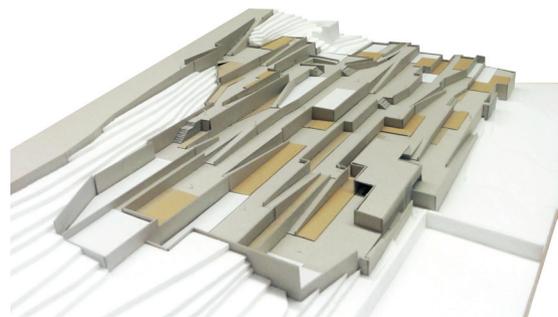
Fonte: Proposta do estudante Ruben Almeida. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura VI, 2012/2013.



**Figura 6.** Proposta de reconversão urbanística. Bairro da Serafina/Liberdade, Lisboa, Portugal.

**Figure 6.** Proposal for urban reconversion. Serafina/Liberdade neighborhood, Lisbon, Portugal.

Fonte: Proposta da estudante Cristina Romão. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura VI, 2012/2013.



**Figura 7.** Proposta de reconversão urbanística. Bairro da Serafina/Liberdade, Lisboa, Portugal.

**Figure 7.** Proposal for urban reconversion. Bairro da Serafina/Liberdade neighborhood, Lisbon, Portugal.

Fonte: Proposta da estudante Raquel Martins. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura VI, 2012/2013.



**Figura 8.** Proposta de intervenção em Oleiros, Azeitão, Portugal. Planta geral.

**Figure 8.** Proposal for intervention in Oleiros, Azeitão, Portugal. General plant.

Fonte: Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014. Grupo 4: Joana Rodrigues, João Pedro, João Teixeira, Patrícia Cruz, Susana André.

Távora, “quando, por exemplo, ao restaurar um monumento com critério “científico” (ou pseudocientífico), passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspeto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite aceitar tal hipótese” (Távora, 1996, p. 19).

Várias foram as questões levantadas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos: a questão da relação entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social (Figura 5); a procura de lugares significativos para a população no presente; a redefinição de áreas históricas, onde a recuperação dos edifícios é entendida não como um simples problema de cenografia, de restauro ou de reabilitação (em sentido restrito), mas aliada às necessidades da população ou associada a programas de promoção de novos usos (Figura 6).

Os resultados obtidos revelam uma arquitetura contextual onde, sem utilizar o recurso à cópia superficial, nem a analogia direta, se procurou estabelecer uma relação com o contexto mediante a construção de ligações simbólicas com a envolvente e com critérios decorrentes das características do lugar (topografia, vistas, orientação solar ou a escala do lugar) (Figura 7). Encontramos propostas onde construir restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo – o uso de materiais, e as soluções construtivas associam-se a recursos decorrentes do nosso tempo.

### Conclusão – Arquitetura contextualizada

As intervenções e as soluções apresentadas pelos estudantes, mesmo que resultando na modificação do lugar, possibilitam transferir para o futuro os valores da arquitetura do passado, sem renunciar ao desenvolvimento histórico próprio de qualquer lugar e de qualquer período. Verificámos que, com intervenções mínimas, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e, ao mesmo tempo, preservar a memória de atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares. Assim, certificamo-nos que os estudantes propuseram espaços que se identificavam com a realidade local, mas que, ao mesmo tempo, se abriam ao exterior (Figura 8).

Sendo a aprendizagem do projeto um processo cumulativo, o objetivo desta experiência de ensino no 3º ano é abrir a formação do conhecimento em arquitetura à sensibilidade percetiva e à ideia de cidade e de arquitetura como uma teia complexa de práticas. Pressupondo que, nos 1º e 2º anos, os estudantes desenvolvem conhecimento associado à aprendizagem de configurações formais (na tradição do ensino nas escolas portuguesas associado às artes visuais e difundidas a partir da Bauhaus), através dos exercícios do 3º ano, a ideia de arquitetura salta do domínio predominantemente formal para partilhar as diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretende com isto afastar o ensino da arquitetura dos processos de

produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projeto à complexidade do sistema de relações implícitas no campo onde se movimenta a arquitetura colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais no ensino académico. Podemos dizer que as abordagens que fazemos ao património surgem da contingência do tempo, do lugar, dos fins a que se propõem e de um conjunto de requisitos construtivos (que não são um fim, mas um meio) e que se combinam através das escolhas dos seus autores.

Pretende-se, no futuro, abrir o leque de estratégias de integração e articulação do trabalho desenvolvido pelos estudantes à sociedade civil, com agentes locais e com outras universidades, através de parcerias com entidades nacionais e internacionais ou através de respostas a concursos públicos para a montagem de temas envolvendo diferentes atores com diferentes pontos de vista, tendo como ponto de partida a resposta a um problema real e do domínio público. Pretende-se com isto desencadear processos de descoberta e de invenção mais do que chegar a produtos concluídos e aparentemente bem acabados. Pretende-se que o trabalho desenvolvido ultrapasse a investigação associada ao espaço e às três dimensões e restrita às questões formais da arquitetura para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares do conhecimento, ou seja, em experiências mais do que em certezas e onde se consciencializam as razões das opções tomadas e das escolhas de cada um.

## Referências

- AA.VV. 1999. Carta de Veneza 1964, Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15:105-110. Disponível em: <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML). [s.d.]. Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e da Serafina. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-com-terminos-de-referencia-aprovados/plano-de-pormenor-dos-bairros-da-liberdade-e-da-serafina>. Acesso em: 05/09/2012.
- COMESAÑA SANTALICES, G.M. 2004. Nuevas tendencias y métodos en la investigación filosófica. *Información Filosófica*, 1(1):4670.
- FIGUEIRA, J. 2014. O arquiteto dos tubos de papel. *Público, Cultura*, 26 de mar., p. 38.
- FOLGADO, D. 2010. Património inclusivo: Das expectativas aos desafios. In: J. CUSTÓDIO (coord.), *100 anos de património Memória e Identidade*. Portugal 1910-2010. Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 323-335.
- GADAMER, H.G. 1998. *O problema da consciência histórica*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas, 89 p.
- GADAMER, H.G. 2004 [1960]. *Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Editora Vozes, 631 p.
- IGESPAR. [s.d.]. Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaoosobrepatriomio/> Acesso em: 25/05/2014.
- IGESPAR. 2008. Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 177, 12 de set., p. 6640-6652. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoDeFaro.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.
- IGESPAR. 1976. Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da Sua Função na Vida Contemporânea. Nairobi, UNESCO, 26 de nov. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.
- LOPES, F. 1996. *Cartas e Convenções Internacionais: Património Arquitectónico e Arqueológico*. Lisboa, IPPAR, 111 p.
- MADEIRA DA SILVA, T. (coord.); PAIO, A.; MIRANDA, B. 2012a. *Enunciado do exercício 2, UC Arquitetura V, 2012/13*, ISCTE-IUL, Mestrado Integrado em Arquitetura, 3º ano, 2012/2013. (Texto policopiado).
- MADEIRA DA SILVA, T. (coord.); PAIO, A.; MIRANDA, B. 2012b. *FUC, Ficha de Unidade Curricular, Arquitetura V, 2012/13*. ISCTE-IUL, Mestrado Integrado em Arquitetura, 3º ano, 2012/2013. Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>. Acesso em: 29/05/2014.
- PALMER, R.E. 1999 [1969]. *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70, 284 p.
- RICOEUR, P. 1991 [1986]. *Do texto à ação: Ensaios de hermenêutica II*. Porto, Rés Editora, 407 p.
- SOLÀMORALES, I. 1998 [1995]. *Diferencias: Topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili. 168 p.
- TÁVORA, F. 1996 [1962]. *Da organização do espaço*. Porto, FAUP Publicações, 75 p.
- TURISMO DE PORTUGAL. [s.d.]. Carta Internacional sobre Turismo Cultural, Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoecoacao/Documents/Doc10CartaInternacionalTurismoCultural.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

Submetido: 03/10/2014

Aceito: 25/01/2016

Teresa Madeira da Silva

ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas

1649-026 Lisboa, Portugal